



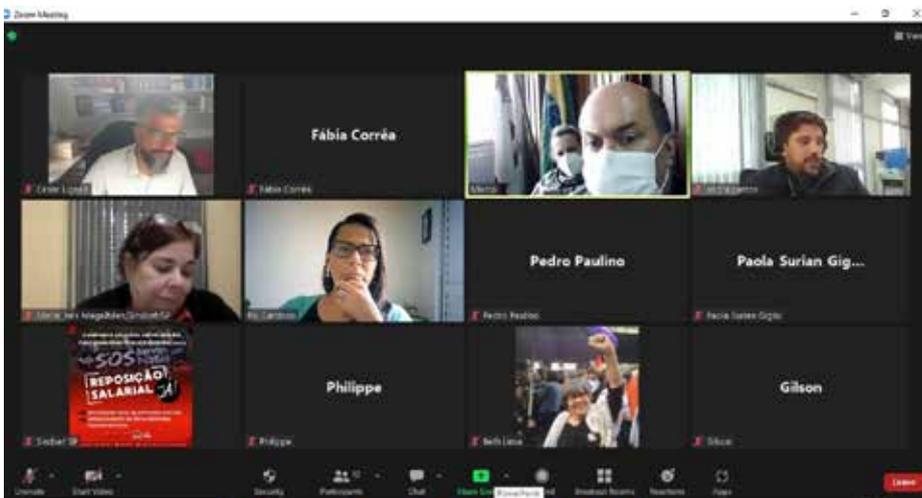
MTP

## Em reunião com superintendente, Sindsef-SP defende o fim da Planilha de Tarefas

Ajustes necessários para restabelecer o trabalho presencial, questões referentes à planilha de demandas, plano de gestão, condições de trabalho e segurança no ambiente de trabalho foram alguns dos pontos discutidos na reunião realizada entre representantes do Sindsef-SP e o superintendente do Ministério do Trabalho e Previdência, Marco Melchior, na última sexta-feira, 10/06.

Outro tema pautado pelos representantes do sindicato foi sobre relatos de servidores, em greve, continuarem recebendo demandas de trabalho através da planilha, mesmo após Melchior se comprometer com o bloqueio dessa ferramenta enquanto durasse o movimento. Também foi salientado pelos representantes dos trabalhadores, o desgaste gerado para os servidores no atendimento da planilha e presencial.

Só que a questão é ainda mais complexa, já que esse método de trabalho, mesmo sem ser regu-



lamentado pelo órgão, dita a rotina de trabalho dos servidores. Sobrecarregando e aumentando a precarização das condições de trabalho destes.

Diante das contundentes reclamações - desde falta de treinamento para utilização, distribuição efetiva, tempo para execução e déficit de servidores pra dar conta do volume de demandas - o Sindsef-SP defende que esse método seja revisto e, o mais importante, abolido.

Apesar das considerações feitas pelo sindicato, em nome dos servidores, a Administração defende o uso da planilha e apresentou as iniciativas adotadas para o retorno ao trabalho presencial.

*Na reunião foi afirmado que é possível flexibilizar o horário de entrada e saída, de forma a adequar à necessidade do servidor e que não há imposição da jornada de 8h às 17h.*



Segundo foi colocado, essa proposta pode ser reavaliada, como ocorreu com o intervalo dos atendimentos, que voltaram a ser de 30 minutos.

Na reunião foi afirmado que é possível flexibilizar o horário de entrada e saída, de forma a adequar à necessidade do servidor e que não há imposição da jornada de 8h às 17h.

## Plano de gestão / 30h

Segundo Melchior, o projeto para o MTP foi encaminhado para o gabinete do ministro, sendo aguardo sua publicação entre final de junho e início de julho. Contudo, alega não ter conhecimento do detalhamento do modelo que será adotado. Ele também ressaltou que ele não tem prerro-

gativa para estabelecer às 30h.

Nesse ponto foi solicitado, sem abrir mão da luta pelas 30h, uma jornada de 7h ininterrupta, assim como já é feito no judiciário. Em resposta, Melchior ficou de se informar se tem autonomia para implementar.

Diante dos fatos elencados e em reconhecimento ao comprometimento da categoria em cumprir as demandas, cada dia mais intensa, o Sindsef-SP pediu ao superintendente que apoie e encampe as reivindicações dos servidores junto ao ministro da pasta.

## Greve

Com a suspensão da greve nacional dos servidores administrativos do MTP as tratativas para formalizar um acordo sobre as reivindicações específicas da categoria continuam. Nesse contexto, no dia 09/06 ocorreu uma reunião com representantes do MTP para debater a proposta do Plano de Carreira, termo de acordo dos dias parados e composição do GPCOT, que receberá nova denominação.

Pela urgência, devido ao calendário eleitoral, a prioridade dos representantes do órgão foi analisar e encaminhar ao Ministério da Economia a proposta do



Plano de Carreira. Para tanto a equipe, que está negociando com os representantes dos servidores, informou que complementou a proposta incluindo tabelas e nota técnica ao projeto. Sendo encaminhado ao Ministério da Economia no dia 31/05.

O passo seguinte da comissão dos servidores foi, e segue sendo, buscar apoio parlamentar para o projeto tramitar com celeridade e também para obtenção de recursos na LOA/2023 - Lei de Orçamento Anual, na CMO - Comissão Mista do Orçamento.

## Compensação da greve

O governo ainda está analisando a proposta de compensação de greve apresentada pela Comissão Nacional de Negociação. De forma geral foram apresentadas três opções de reposição “atendendo ao interesse público, a necessidade social considerando a possibilidade pessoal de cada grevista”, como segue: Por meio de horas extras, até o limite de 2 (duas) horas diárias; por meio do atendimento presencial ou por meio de tarefas ou produtos da Planilha de demandas remotas, sendo quatro tarefas para compensação de uma hora não trabalhada; e por meio de mutirões.

Na proposta, a compensação das horas deverá ser realizada em até 18 meses, a contar da assinatura do termo de reposição. A expectativa é que o governo se manifeste ainda essa semana. Caso tenha divergência entre as partes, uma nova reunião será agendada.

A minuta com a composição do GPCOT, seguin-

do as orientações do governo, também já foi encaminhada para apreciação.